



PPA CIDADÃO
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017

Planejando juntos um Crato de todos nós.

LEI Nº 2.969/2013.
CRATO/CE, 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

EMENTA: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014/2017 e adota outras providências

O Prefeito Municipal do Crato, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, em cumprimento ao disposto no artigo 165, I e §1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores, valores e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo único: O anexo I com os quadros consolidados dos programas é parte integrante da presente lei.

Art. 2º. Os programas a que se refere o artigo anterior constituem o elo básico de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e as programações estabelecidas nos Orçamentos Anuais correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.

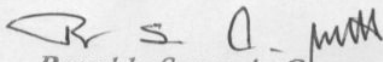
Art. 3º. O Poder Executivo submeterá à autorização legislativa eventuais alterações nos programas ou em seus respectivos objetivos, indicadores, valores e metas, referidos no art. 1º, quando da elaboração de suas propostas de diretrizes orçamentárias, orientando a ação governamental para o exercício subsequente.

Art. 4º. As codificações de Programas deste Plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias e nas leis orçamentárias.

Parágrafo único: Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até a extinção dos programas a que se vinculam.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições contrárias.

Paço da Prefeitura Municipal de Crato/CE, em 18 de Dezembro de 2013.



Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos
Prefeito Municipal do Crato/CE

Apresentação

O Plano Plurianual é exigência parte do Art. 165 da CF/1988, o mesmo é o instrumento através do qual o Município define seus investimentos e despesas por um período de 04 anos, organizados em programas, projetos e ações que resultem em bens e serviços para atendimento da sociedade. Orienta a Gestão Governamental, sendo executado através dos Orçamentos Anuais.

O Crato, com inclusão e justiça social se constrói por meio da participação popular. A realização do Plano Plurianual Participativo (PPA-P) foi mais um passo do nosso governo para consolidar o diálogo com a sociedade cratense. A democracia cidadã, com transparência e participação ativa do povo, é mais que um compromisso, é um instrumento de planejamento da administração pública.

Esse processo se construiu através das audiências com os gestores municipais e das plenárias do PPA Participativo que ocorreram nos territórios de Inclusão, representativos de todas as localidades do município, foram espaços privilegiados para a elaboração das políticas públicas com a presença dos mais variados segmentos sociais, contribuindo na construção e posteriormente no monitoramento dos programas governamentais, a fim de, dar prosseguimento a uma relação democrática entre o governo e a sociedade.



MAPA MUNICIPAL DE CRATO

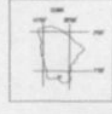
LEGENDA

- Área Urbana
- Residência urbana
- Residência rural
- Distrito, Vila
- Limite Municipal
- Sigla, Estrada, Cam.
- Povoado
- Casa d'Água Intermitente
- Lago, Reservoár.
- Aluguel
- Casa de Mil

Declinação Magnética



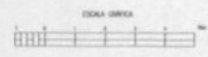
Localização no Estado



ESCALA

PROJEÇÃO UTM ZONA 18S
 ESCALA DE 1:50.000
 ADOTADO O DATUM DE COORDENADAS UTM
 ACESSO AO DATUM: 1000 000 E 500 000 METROS
 DISTÂNCIA METRICA DO CENTRO DA FOLHA DE 200.000,00
 ESCALA 1:50.000

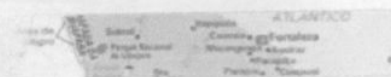
Este mapa foi elaborado pelo Serviço de Cartografia (SVC) do IBGE (IBGE) em 1972, baseado em dados fornecidos pelo Serviço de Cartografia do Estado do Ceará. O mapa foi atualizado em 1985, com base em dados fornecidos pelo Serviço de Cartografia do Estado do Ceará. O mapa foi elaborado em escala de 1:50.000, com base em dados fornecidos pelo Serviço de Cartografia do Estado do Ceará. O mapa foi elaborado em escala de 1:50.000, com base em dados fornecidos pelo Serviço de Cartografia do Estado do Ceará.



Sumário

1 - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	05
1.1 - ASPECTOS GERAIS	05
1.2 - POSIÇÃO E EXTENSÃO	05
1.3 - CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS	05
1.4 - DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	06
2- ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS	07
2.1 - DEMOGRAFIA	07
2.2 - DOMICÍLIOS	08
2.3 - SAÚDE	08
2.4 - EDUCAÇÃO	10
2.5 - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO	12
2.6 - EMPREGO E RENDA	12
3- INFRAESTRUTURA	14
3.1 - SANEAMENTO	14
3.2 - ENERGIA ELÉTRICA E COLETA DE LIXO	15
4 - ECONOMIA E FINANÇAS	16
4.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO	16
4.2 - FINANÇAS PÚBLICAS	16
5 - POLÍTICA	18

1 - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA



1.1 - ASPECTOS GERAIS

Características

Município de Origem - Sem nenhum esclarecimento histórico

Ano de Criação - 1764

Lei de Criação - Carta Régia

Toponímia - Homenagem a D. Antônio, Prior do Crato, príncipe bastardo e pretendente ao Trono Luso

Gentílico - Cratense

Código Município - 2304202

Fonte: IBGE/IPECE.

1.2 - POSIÇÃO E EXTENSÃO

Situação Geográfica

Coordenadas Geográficas		Localização	Municípios Limítrofes			
Latitude(S)	Longitude(WGr)		Norte	Sul	Leste	Oeste
7° 14' 03"	39° 24' 34"	Sul	Caririaçu, Farias Brito	Estado de Pernambuco, Barbalha	Barbalha, Juazeiro do Norte, Caririaçu	Nova Olinda, Santana do Cariri, Estado de Pernambuco

Fonte: IBGE/IPECE.

Medidas Territoriais

Área		Altitude (m)	Distância em Linha Reta a Capital (km)
Absoluta (km ²)	Relativa (%)		
1.009,20	0,68	426,9	400,0

Fonte: IBGE/IPECE.

1.3 - CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

Aspectos Climáticos

Clima	Pluviosidade (mm)	Temperatura Média (°C)	Período Chuvoso
Tropical Quente Semi-árido Brando Tropical Quente Sub-úmido	1090,9	24° a 26°	janeiro a maio

Fonte: FUNCEME/IPECE.

Componentes Ambientais

Relevo	Solos	Vegetação	Bacia Hidrográfica
Chapada do Araripe e Depressões Sertanejas	Solos Aluviais, Solos Litólicos, Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólico Vermelho-Amarelo, Terra Roxa Estruturada Similar	Carrasco, Floresta Caducifólia Espinhosa, Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial, Floresta Subperenifólia Tropical Pluvio-Nebular, Floresta Subcaducifólia Tropical Xeromorfa	Alto Jaguaribe, Salgado

Fonte: FUNCEME/IPECE.

1.4 - Divisão Político-Administrativa

Divisão Territorial

Códigos	Distritos	Ano de Criação
230420205	Crato	1764
230420206	Baixio das Palmeiras	1994
230420207	Belmonte	1994
230420209	Campo Alegre	1994
230420210	Dom Quintino	1933
230420218	Monte Alverne	1994
230420222	Bela Vista	1991
230420225	Ponta da Serra	1957
230420230	Santa Fé	1938
230420240	Santa Rosa	1994

Fonte: IBGE/IPECE.

Regionalização

Região Administrativa	Macrorregião de Planejamento	Mesorregião	Microrregião
18	Cariri Centro-Sul	Sul Cearense	Cariri

Fonte: IBGE/IPECE.

2 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

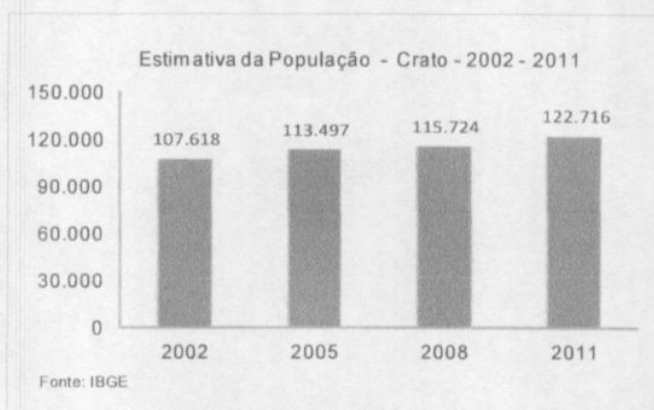


2.1 - DEMOGRAFIA

População Residente – 1991/2000/2010

Discriminação	População Residente					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	90.519	100,00	104.646	100,00	121.428	100,00
Urbana	70.280	77,64	83.917	80,19	100.916	83,11
Rural	20.239	22,36	20.729	19,81	20.512	16,89
Homens	42.659	47,13	49.570	47,37	57.616	47,45
Mulheres	47.860	52,87	55.076	52,63	63.812	52,55

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010.



População Recenseada, por Sexo, Segundo os Grupos de Idade - 2000/2010

Grupos de idade	População Residente					
	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	104.646	121.428	49.570	57.616	55.076	63.812
0 – 4 anos	11.000	9.440	5.593	4.776	5.407	4.664
5 – 9 anos	10.885	10.046	5.457	5.153	5.428	4.893
10 – 14 anos	11.929	11.629	6.003	5.892	5.926	5.737
15 – 19 anos	11.420	11.803	5.592	5.743	5.828	6.060
20 – 24 anos	10.549	12.260	5.023	5.976	5.526	6.284
25 – 29 anos	8.040	10.689	3.792	5.125	4.248	5.564
30 – 34 anos	7.366	9.917	3.386	4.648	3.980	5.269
35 – 39 anos	6.679	8.318	3.096	3.927	3.583	4.391
40 – 44 anos	5.312	7.552	2.300	3.506	3.012	4.046
45 – 49 anos	4.522	6.592	2.010	3.000	2.512	3.592
50 – 59 anos	7.416	9.813	3.354	4.258	4.062	5.555
60 – 69 anos	5.058	6.979	2.134	3.116	2.924	3.863
70 anos ou mais	4.470	6.390	1.830	2.496	2.640	3.894

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.

Indicadores Demográficos – 1991/2000/2010

Discriminação	Indicadores Demográficos		
	1991	2000	2010
Densidade demográfica (hab./km ²)	88,23	94,05	104,87
Taxa geométrica de crescimento anual (%) ⁽¹⁾			
Total	1,04	1,62	1,50
Urbana	1,70	1,99	1,86
Rural	-0,91	0,27	-0,11
Taxa de urbanização (%)	77,64	80,19	83,11
Razão de sexo	89,13	90,00	90,29
Participação nos grandes grupos populacionais (%)	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	37,46	32,31	25,62
15 a 64 anos	56,81	61,31	66,58
65 anos e mais	5,73	6,38	7,80
Razão de dependência ⁽²⁾	76,01	63,11	50,20

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

(1) Taxas nos períodos 1980/91 e 1991/00 para os anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente.

(2) Quociente entre "população dependente", isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade e a população potencialmente ativa, isto é, pessoas com idade entre 15 e 64 anos.

2.2 - DOMICÍLIOS

Domicílios Particulares Ocupados por Situação e Média de Moradores – 2010

Situação	Domicílios Particulares Ocupados		
	Quantidade	Média de Moradores	
		Município	Estado
Total	33.975	3,57	3,56
Urbana	28.598	3,50	3,49
Rural	5.377	3,85	3,79

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

2.3 - SAÚDE

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Prestador - 2011

Tipo de Prestador	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Quantidade	%
Total	71	100,00
Pública	52	73,24
Privada	19	26,76

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Unidade - 2011

Tipo de Unidade	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Município	Estado
Total (1)	71	3.532
Hospital geral	4	182
Hospital especializado	1	48
Posto de saúde	22	474
Clínica especializada/Ambulatório especialidades	11	401
Consultórios isolados	-	24
Unidade mista	-	46
Unidade móvel	1	19
Unidade de vigilância sanitária	1	107
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	19	1.576
Laboratório central de saúde pública	1	3
Centro de atenção psicossocial	1	111
Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	4	154
Farmácia isolada	-	30
Policlínica	3	39
Pronto socorro especializado	-	5

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

(1) Inclui (Hospital/Dia - Isolado, Centro de parto isolado, Centro de apoio a saúde da família, Centro de atenção hemoterápica/HEMOCE, Unidade de atenção a saúde indígena, Cooperativa e Secretaria de saúde).

Profissionais de Saúde, Ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) – 2011

Discriminação	Profissionais de Saúde Ligados ao SUS	
	Município	Estado
Total	969	56.741
Médicos	166	9.523
Dentistas	50	2.606
Enfermeiros	87	5.292
Outros profissionais de saúde/nível superior	86	5.177
Agentes comunitários de saúde	208	15.008
Outros profissionais de saúde/nível médio	372	19.135

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Nota: Profissionais de saúde cadastrados em unidades de entidades públicas e privadas.

Crianças Acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde - 2011

Discriminação	Crianças Acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde (%)	
	Município	Estado
Até 4 meses só mamando	69,80	70,90
De 0 a 11 meses com vacina em dia	94,90	95,40
De 0 a 11 meses subnutridas (1)	0,70	1,30
De 12 a 23 meses com vacina em dia	95,00	95,50
De 12 a 23 meses subnutridas (1)	2,30	2,90
Peso < 2,5 kg ao nascer	8,20	7,40

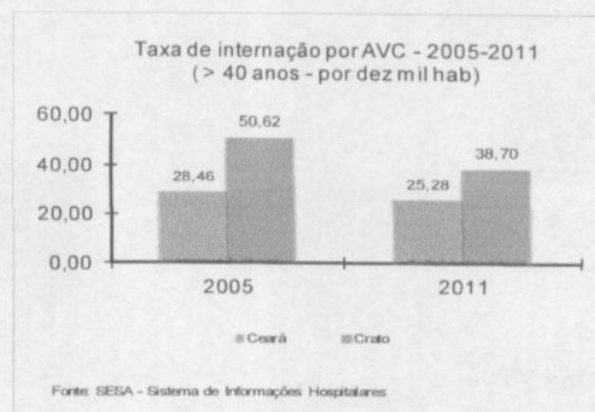
Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

(1) Crianças com peso inferior a P₁₀.

Principais Indicadores de Saúde – 2011

Discriminação	Principais Indicadores de Saúde	
	Município	Estado
Médicos/1.000 hab.	1,35	1,12
Dentistas/1.000 hab.	0,41	0,31
Leitos/1.000 hab.	5,70	2,44
Unidades de saúde/1.000 hab.	0,58	0,41
Taxa de internação por AVC (40 anos ou mais)/10.000 hab.	38,70	25,28
Nascidos vivos	2.101	126.382
Óbitos	43	1.684
Taxa de mortalidade infantil/1.000 nascidos vivos	20,47	13,32

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).



Casos Confirmados das Doenças de Notificação Compulsória – 2011

Discriminação	Casos Confirmados das Doenças de Notificação Compulsória	
	Município	Estado
AIDS	3	731
Dengue	387	56.714
Febre tifoide	-	1
Hanseníase	39	2.016
Hepatite viral	9	384
Leishmaniose tegumentar	49	816
Leishmaniose Visceral	7	660
Leptospirose	2	123
Meningite	5	483
Raiva	-	-
Tétano acidental	-	28
Tuberculose	38	3.726

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

2.4 - EDUCAÇÃO

Docentes e Matrícula Inicial - 2011

Dependência administrativa	Docentes		Matrícula Inicial	
	Município	Estado	Município	Estado
Total	2.142	108.890	37.444	2.420.396
Federal	77	867	521	7.792
Estadual	469	20.788	10.639	521.017
Municipal	1.015	66.065	18.395	1.474.392
Particular	581	24.367	7.889	417.195

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Escolas com Equipamentos e Salas de Aula - 2011

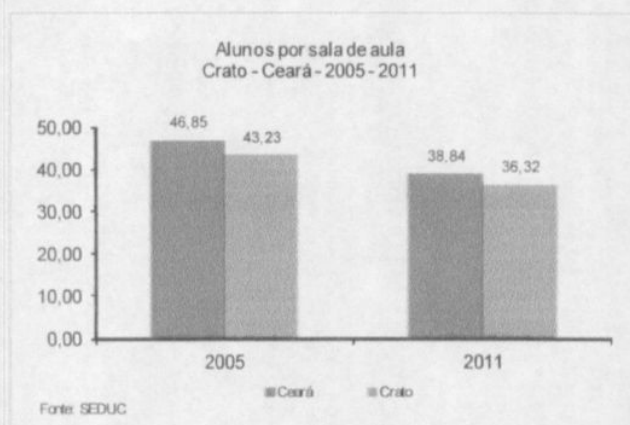
Discriminação	Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola
Total de escolas	1	-	13	-	65	-	39	-
Bibliotecas	1	1,00	12	0,92	22	0,34	29	0,74
Laboratório de informática	1	1,00	13	1,00	19	0,29	12	0,31
Salas de aula	20	-	146	-	464	-	401	-

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Indicadores Educacionais no Ensino Fundamental e Médio – 2011

Discriminação	Indicadores Educacionais			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Taxas (%)				
Escolarização líquida	91,05	87,04	59,23	49,01
Aprovação	90,50	89,60	81,90	81,80
Reprovação	7,80	7,80	6,10	6,70
Abandono	1,70	2,60	12,00	11,50
Alunos por sala de aula	23,72	27,57	22,48	33,99

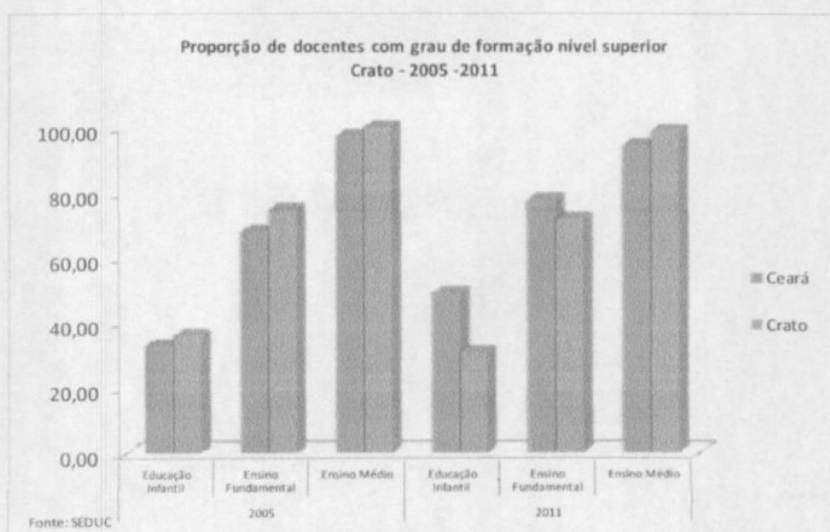
Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).



Taxa de Analfabetismo Funcional para Pessoas com 15 anos ou mais – 2000/2010

Discriminação	Município		Estado	
	2000	2010	2000	2010
População residente 15 anos ou mais	70.832	90.313	4.938.392	6.264.131
População alfabetizada 15 anos ou mais	54.602	76.801	3.627.614	5.087.493
Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais)	22,91	14,96	26,54	18,78

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.



2.5 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO

Índices de Desenvolvimento

Índices	Valor	Posição no Ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – 2010	38,95	12
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2000	0,716	5
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O) – 2009	0,441	25
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) – 2009	0,548	26

Fonte: IPECE/PNUD.

População Extremamente Pobre: (Com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00) – 2010

Discriminação	População Extremamente Pobre			
	Município	%	Estado	%
Total	13.412	11,05	1.502.924	17,78
Urbana	8.093	8,02	726.270	11,44
Rural	5.319	25,93	776.654	36,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

2.6 – EMPREGO E RENDA

Número de Empregos Formais - 2011

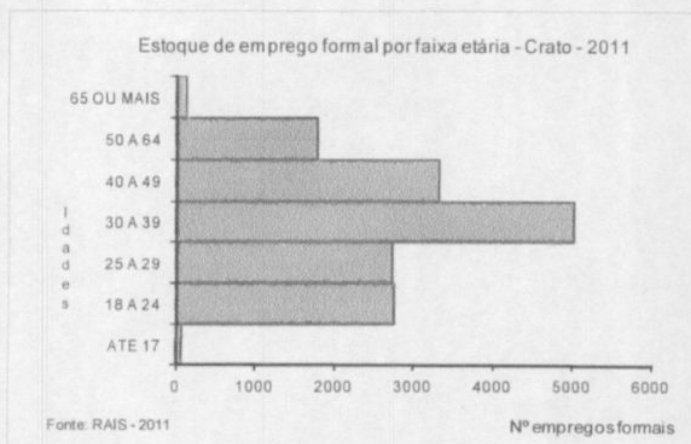
Discriminação	Número de Empregos Formais					
	Município			Estado		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total das Atividades	15.829	8.553	7.276	1.406.906	784.780	622.126
Extrativa Mineral	71	68	3	2.812	2.529	2.529
Indústria de Transformação	4.215	2.757	1.458	251.767	154.180	154.180
Serviços Industriais de Utilidade Pública	77	71	6	7.603	6.533	6.533
Construção Civil	514	487	27	84.994	79.770	79.770
Comércio	3.679	2.131	1.548	230.755	139.011	139.011
Serviços	4.431	1.993	2.438	401.345	229.453	229.453
Administração Pública	2.747	960	1.787	403.177	151.672	151.672
Agropecuária	95	86	9	24.453	21.632	21.632

Fonte: RAIS/2011 – MTE.

Saldo de Empregos Formais - 2011

Discriminação	Saldo de Empregos Formais					
	Município			Estado		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Total das Atividades	4.712	5.183	-471	489.918	443.892	46.026
Extrativa Mineral	17	13	4	1.382	992	390
Indústria de Transformação	1.461	1.799	-338	97.663	97.481	182
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-	2	-2	1.937	1.758	179
Construção Civil	329	539	-210	82.465	77.361	5.104
Comércio	1.654	1.574	80	111.263	95.944	15.319
Serviços	1.201	1.192	9	178.632	154.834	23.798
Administração Pública	1	-	1	2.210	2.260	-50
Agropecuária	49	64	-15	14.366	13.262	1.104

Fonte: CAGED-MTE.



Renda Domiciliar per capita (Salário mínimo R\$ 510,00) - 2010

Discriminação	Município		Estado		Município/Estado (%)
	Nº	%	Nº	%	
Total	33.925	100,00	2.365.276	100,00	1,43
Até 1/4	5.739	16,92	515.628	21,80	1,11
Mais de 1/4 a 1/2	10.116	29,82	648.315	27,41	0,02
Mais de 1/2 a 1	10.060	29,65	659.736	27,89	1,52
Mais de 1 a 2	4.073	12,01	253.603	10,72	1,61
Mais de 2 a 3	1.278	3,77	69.758	2,95	1,83
Mais de 3	1.736	5,12	112.321	4,75	1,55
Sem rendimento	923	2,72	105.371	4,45	0,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

3 - INFRAESTRUTURA

3.1 - SANEAMENTO

Abastecimento de Água - 2011

Discriminação	Abastecimento de Água		
	Município	Estado	% Sobre o Total do Estado
Ligações reais	-	1.493.388	-
Ligações ativas	-	1.393.477	-
Volume produzido (m³)	-	368.534.122	-
Taxa de cobertura d'água urbana (%) (1)	92,53	91,57	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)/ SE INFRA.

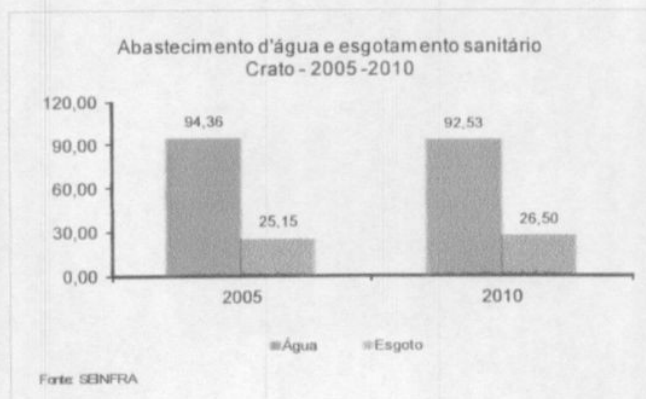
(1) Dados referente à 2010.

Esgotamento Sanitário - 2011

Discriminação	Esgotamento Sanitário		
	Município	Estado	% Sobre o Total do Estado
Ligações reais	-	473.318	-
Ligações ativas	-	451.013	-
Taxa de cobertura urbana de esgoto (%) (1)	26,50	28,87	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)/ SE INFRA.

(1) Dados referente à 2010.



Domicílios Particulares Permanentes Segundo as Formas de Abastecimento de Água - 2000/2010

Formas de Abastecimentos	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	24.701	100,00	33.925	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Ligada a rede geral	18.047	73,06	28.898	85,18	1.068.746	60,80	1.826.543	77,22
Poço ou nascente	3.063	12,40	1.669	4,92	360.737	20,52	221.161	9,35
Outra	3.591	14,54	3.358	9,90	328.405	18,68	317.565	13,43

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos - 2000/2010.

Domicílios Particulares Permanente Segundo os Tipos de Esgotamento Sanitário - 2000/2010

Tipos de Esgotamentos Sanitários	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total (1)	24.701	100,00	33.925	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Rede geral ou pluvial	5.863	23,74	11.803	34,79	376.884	21,44	774.873	32,76
Fossa séptica	3.048	12,34	3.160	9,31	218.682	12,44	251.193	10,62
Outra	10.631	43,04	16.985	50,07	731.075	41,59	1.167.911	49,38
Não tinham banheiros	5.159	20,89	1.977	5,83	431.247	24,53	171.277	7,24

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos - 2000/2010.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário.

3.2 - ENERGIA ELÉTRICA E COLETA DE LIXO

Consumo e Consumidores de Energia Elétrica - 2011

Classes de Consumo	Consumo (mwh)	Consumidores
Total	105.850	42.284
Residencial	41.414	34.105
Industrial	23.404	73
Comercial	16.342	2.328
Rural	8.170	5.362
Público	16.431	414
Próprio	89	2

Fonte: Companhia Energética do Ceará (COELCE).

Domicílios Particulares Permanente Segundo Energia Elétrica e Lixo Coletado - 2000/2010

Discriminação	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	24.701	-	33.925	-	1.757.888	-	2.365.276	-
Com energia elétrica	23.154	93,74	33.733	99,43	1.568.648	89,23	2.340.224	98,94
Com lixo coletado	16.576	67,11	28.536	84,12	1.081.790	61,54	1.781.993	75,34

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos - 2000/2010.

4 – ECONOMIA E FINANÇAS

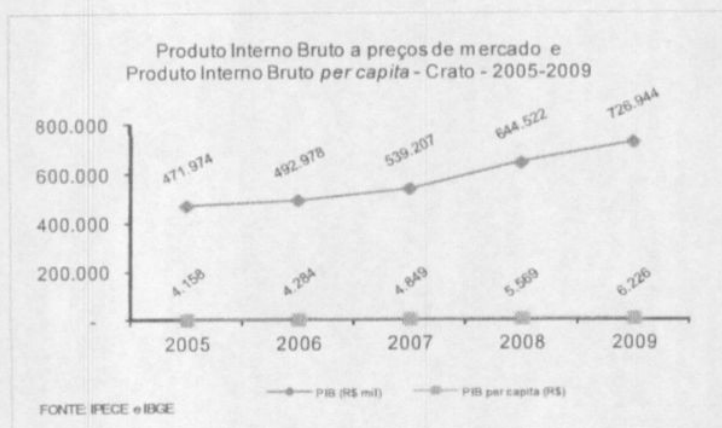


4.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO

Produto Interno Bruto - 2009

Discriminação	Município	Estado
PIB a preços de mercado (R\$ mil)	726.944	65.703.761
PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	6.226	7.687
PIB por setor (%)		
Agropecuária	3,21	5,10
Indústria	17,43	24,51
Serviços	79,36	70,38

Fontes: IBGE/IPECE.



4.2 - FINANÇAS PÚBLICAS

Receita Municipal - 2011

Discriminação	Receita Municipal	
	Valor Corrente (R\$ mil)	% Sobre a Receita Total
Receita Total	143.762	100,00
Receitas correntes	142.413	99,06
Receita tributária	8.473	5,89
Receita de contribuições	6.168	4,29
Receita patrimonial	1.354	0,94
Receita de serviços	65	0,05
Transferências correntes	119.120	82,86
Outras receitas correntes	3.525	2,48
Receitas de capital	1.349	0,95

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Despesa Municipal - 2011

Discriminação	Despesa Municipal	
	Valor Corrente (R\$ mil)	% Sobre a Despesa Total
Total	143.317	100,00
Despesas correntes	130.786	91,26
Pessoal e encargos sociais	66.716	46,55
Juros e encargos da dívida	-	-
Outras despesas correntes	64.070	44,71
Despesas de capital	12.531	8,74
Investimentos	10.696	7,46
Inversões financeiras	85	0,00
Amortização da dívida	1.750	1,22

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Receita Estadual Arrecadada - 2011

Discriminação	Receita Estadual Arrecadada	
	Valor Corrente (R\$ mil)	% Sobre a Receita Total
Receita total	35.593	-
Receita tributária	34.155	95,96
Receita do ICMS	27.629	77,62

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

Nota: Não foram considerados ajustes e anulações de receitas.

Receita da União Arrecadada - 2011

Discriminação	Receita da União Arrecadada	
	Valor Corrente (R\$ mil)	% Sobre a Receita Total
Receita total	22.253	-
Arrecadação IPI	235	1,06

Fonte: Secretaria Regional da Receita Federal.

Nota: Arrecadação bruta sem retificações.

5 – POLÍTICA

Prefeitura

Endereço	Telefone / e-mail
Largo Júlio Saraiva, s/n – Centro C.E.P: 63.100-900	(88) 3521-9600 Fax (88) 3521-8969

Fonte: Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE).

Prefeito Eleito – 2012

Nome	Partido
Ronaldo Gomes de Mattos	PMDB

Fonte: Associação

ANEXOS

PLANO PLURIANUAL 2014-2017



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

Índice

Apresentação.....	05
Diretrizes para o PPA.....	08
Eixos Estratégicos.....	09
Planejamento Setorial.....	14
Planejamento Distrital.....	14
Planejamento Segmentado	16
Conteúdo do PPA 2012 – 2015	19
Etapas de Construção do Plano Plurianual	14
Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão	21
Instrumento de Planejamento.....	22
Gestão de Programas e Políticas Públicas	24
Ciclo de Gestão do PPA	27
Integração entre os Instrumentos de Planejamento	27

RONALDO GOMES DE MATOS

PREFEITO MUNICIPAL

RAIMUNDO BEZERRA DE FARIAS FILHO

VICE-PREFEITO

CRISTIANO MEIRA LEITÃO

CHEFE DE GABINETE

ANTONIO CARLOS DE SOUSA MAIA

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

FRANCISCO FILEMON SOUZA LOPES

COORDENADOR DE GESTÃO E MONITORAMENTO DO CICLO DE PLANEJAMENTO



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

- MEMÓRIA CULTURAL
- INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CRATO
- INCENTIVO À LEITURA E AO CONHECIMENTO
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECULT

FUNDAÇÃO J. ALVES DE FIGUEIREDO FILHO

- RECONHECE AS RIQUEZAS CULTURAIS DO NOSSO PAÍS E TEM COMO COMPROMISSO FAZER COM QUE TODOS OS CRATENSES AS RECONHEÇAM E ADMIREM
- VALORIZAR PERSONALIDADES QUE CONTRIBUEM PARA A SOCIEDADE EM QUE VIVEMOS, SEJA POR MEIO DO PATROCÍNIO DE LIVROS E EXPOSIÇÕES OU DE PREMIAÇÕES QUE RECONHECEM FIGURAS IMPORTANTES DA NOSSA CULTURA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

- ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER
- CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO
- INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESPORTE
-

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS

- DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
- ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL
- DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SDA E VINCULADAS
- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SPA
- TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA
- ACUMULAÇÃO HÍDRICA
- GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E TRÂNSITO

- PROTEÇÃO E CIDADANIA
- INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA DA SEGURANÇA
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA
- SEGURANÇA PÚBLICA COMUNITÁRIA
- SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA
- GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

- PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

- INDÚSTRIA, SERVIÇOS E NEGÓCIO
- INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SEDET E VINCULADAS

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- TRABALHO, EMPREGO E RENDA
- ASSISTÊNCIA SOCIAL
- SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- ATENÇÃO AO SEGMENTO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA STDS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

- TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO
- MATRIZ ENERGÉTICA DO MUNICÍPIO
- INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DA ZONA RURAL
- EDIFICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEINFRA E VINCULADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

- EXECUTAR E/OU FISCALIZAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS
- AVALIAR E FISCALIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS POR EMPRESAS CONTRATADAS NAS ÁREAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA
- COLETA DE RESÍDUOS E DEMAIS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

- DESENVOLVIMENTO LOCAL
- DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CIDADE
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CIDADE E VINCULADAS
- DESENVOLVIMENTO URBANO
- SANEAMENTO AMBIENTAL
- PLANO HABITACIONAL



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

- EXECUTAR AS ATIVIDADES DE SUPORTE ÀS UNIDADES QUE COMPÕEM A GOVERNADORIA, NO QUE SE REFERE A RECURSOS HUMANOS, ADMINISTRATIVOS, MATERIAIS, ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
- MANTER REGISTRO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS ASSINADOS PELO PREFEITO E PROCESSÁ-LOS PARA PUBLICAÇÃO
- PROMOVER, NO ÂMBITO DE SUA ATUAÇÃO, O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO GOVERNO, EM ARTICULAÇÃO COM A SECRETARIA DE GOVERNO E DE ADMINISTRAÇÃO
- DESENVOLVER AÇÕES RELATIVAS AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- FORTALECER A POLÍTICA PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
- DESENVOLVER PROGRAMAS E PROJETOS QUE PROMOVAM CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS, INCLUSÃO SOCIAL, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE
- ESTIMULAR O DIÁLOGO E A CONVERGÊNCIA DE AÇÕES ENTRE SOCIEDADE ORGANIZADA E PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

- MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL
- GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA
- CIDADANIA FISCAL
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA E VINCULADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

- DESENVOLVER TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA MUNICIPAL
- COORDENAÇÃO DOS PROJETOS E DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL
- MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEPOG

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- ENSINO FUNDAMENTAL ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
- APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
- ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEDUC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS
- ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO

- CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL
- PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

COMISSÃO DE COMPRAS

- UTILIZAR O PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO, A PARTIR, DO ESTABELECIMENTO E NA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS UNIFORMES PARA AS AQUISIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
- PRIORIZAR A COMPATIBILIDADE DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DE DESEMPENHO, OBSERVADAS, QUANDO FOR O CASO, AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA OFERECIDA
- ELABORAR OU PROVIDENCIAR A ELABORAÇÃO DE LAUDAS, PERÍCIAS, ESTUDOS, PESQUISAS, DEMONSTRATIVOS E PARECERES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO DA COMISSÃO E PADRONIZAR O PROCESSO.

OUIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- AMPLIAR E AGILIZAR OS CANAIS DE RELACIONAMENTO ENTRE A POPULAÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
- FORTALECER A CULTURA DE OUIDORIA E O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR JUNTO À POPULAÇÃO
- CRIAR A OPORTUNIDADE PARA QUE AS COMUNIDADES PERIFÉRICAS DA CIDADE POSSAM MANIFESTAR AS SUAS DEMANDAS RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- SERVIR COMO TERMÔMETRO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ANALISANDO A GESTÃO ADMINISTRATIVA ATRAVÉS DA POPULAÇÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

- FORMULAR PLANOS E PROGRAMAS EM SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA, OBSERVADAS AS DIRETRIZES GERAIS DE GOVERNO, EM ARTICULAÇÃO COM A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
- COORDENAR AS AÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E O RELACIONAMENTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL DO GOVERNO E COM A SOCIEDADE
- COORDENAR O RELACIONAMENTO DO GOVERNO COM AS LIDERANÇAS POLÍTICAS DO MUNICÍPIO, COM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E COM O CONGRESSO NACIONAL
- ACOMPANHAR A ATIVIDADE LEGISLATIVA DE INTERESSE DO MUNICÍPIO
- SUBSIDIAR, POR MEIO DE PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA, A ORIENTAÇÃO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

1.2 EIXOS ESTRATÉGICOS

GABINETE DO PREFEITO

- PROMOÇÃO DA JUVENTUDE
- EQUIDADE DE GÊNERO
- IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL
- PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
- ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS
- ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
- ATENÇÃO À PESSOA IDOSA
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE

GABINETE DO VICE – PREFEITO

- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PGE E VINCULADA
- DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DA DEMOCRACIA E DOS INTERESSES SOCIAIS
- DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL JURÍDICA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- RESPEITAR OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA LICITAÇÃO
- PRIORIZAR A LEGALIDADE, IMPARCIALIDADE, MORALIDADE, IGUALDADE, PUBLICIDADE, PROBIDADE ADMINISTRATIVA, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E JULGAMENTO DO OBJETO
- DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE RECEBER, EXAMINAR E JULGAR TODOS OS DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS ÀS LICITAÇÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

- CONTROLE DISCIPLINAR DA SEGURANÇA
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DISCIPLINAR

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

- PROGRAMA DE GESTÃO E ASSISTÊNCIA NO TRÂNSITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO

- GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL
- DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DOS TERRITÓRIOS
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CONPAM E VINCULADA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAEC

- SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO
- AMPLIA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
- REFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS COM A ELABORAÇÃO DE NOVOS PROGRAMAS E APERFEIÇOAMENTO DOS EXISTENTES
- IMPLANTAÇÃO DE CÓDIGOS DE BARRAS COM LEITURA ÓPTICA PARA CONTROLE DO PATRIMÔNIO
- SISTEMA DE COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO
- TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO
- SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO CRATO – PREVICRATO

- ADMINISTRAR O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO
- SUPERVISIONAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS ECONÔMICO/FINANCEIROS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
- EXECUTAR A POLÍTICA DE BENEFÍCIOS ESTABELECIDOS NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
- ELABORAR AS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DESENVOLVER E OPERACIONALIZAR A SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

MODELO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

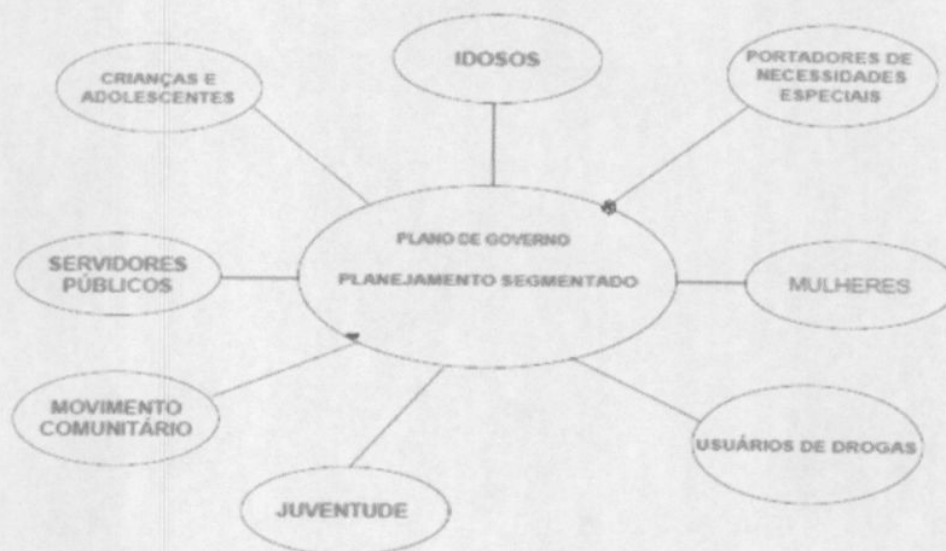


SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

➤ Planejamento Segmentado

Neste estarão relacionados os projetos voltados ao atendimento de setores específicos da sociedade que requerem atenção especial por parte do poder público, (criança e adolescente, micro e pequeno empresário, juventude, idoso, portadores de necessidades especiais, mulher, usuários de drogas, movimento comunitário).



A elaboração da proposta de Planejamento Plurianual para o período 2014-2017 passa prioritariamente pela articulação dos **projetos estruturantes** que são complementares e interligados. Estes projetos integram a ação do Município para o alcance dos macro-objetivos.

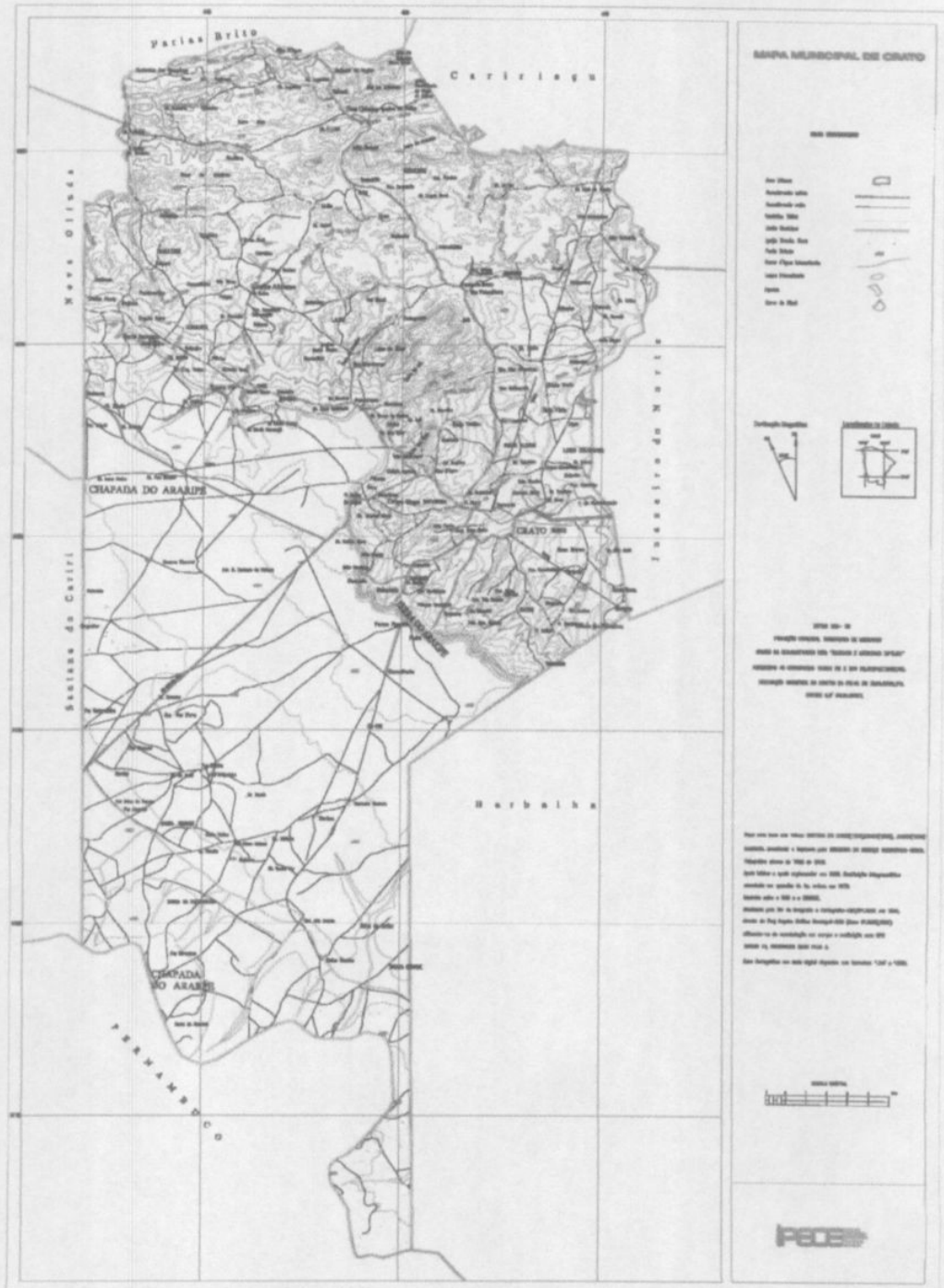
1.3 Planejamento

➤ Planejamento Setorial

Nele estarão inseridos os projetos de desenvolvimento para setores específicos como saúde, educação, saneamento, habitação, transporte, meio-ambiente, os quais serão detalhados oportunamente.

➤ Planejamento Distrital

Um dos maiores desafios do poder público, no Brasil, é minimizar os desequilíbrios Regionais com Distritos que se ressentem de adequada infraestrutura econômica e social, bem como de investimentos em tecnologias fundamentais ao avanço de suas atividades produtivas. O Planejamento Regional está sendo concebido com a perspectiva de atender as necessidades de desenvolvimento de regiões previamente definidas como de importância estratégica para o Município de Crato.



1.4 - CONTEÚDO DO PPA 2014-2017

1.4.1 Integrarão o Plano Plurianual, sob a forma de programas

- a) As ações que resultem em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade;
- b) As ações de gestão de governo relacionadas à formulação, coordenação, as ações de gestão de governo relacionadas à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas;

- c) As despesas de natureza tipicamente administrativa e outras que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos e de gestão de políticas públicas, não são passíveis, no momento, de apropriação a esses programas, como por exemplo, a manutenção e conservação de bens imóveis, a manutenção de serviços de transporte, a manutenção de serviços gerais, a administração de recursos humanos e as ações de informática.

1.4.2 - Não integrarão o Plano Plurianual

Despesas que não contribuam para o ciclo produtivo do Governo Municipal, nem tampouco para o alcance de seus objetivos. Dentre elas, estão às despesas relativas a dívidas, transferências, ressarcimentos, indenizações e outras afins, que representam agregações neutras.

1.4.3 - Deverão ser alocados aos programas a que estiverem relacionados

As transferências financeiras para outras esferas de governo, necessárias à consecução dos objetivos de programas, as renúncias fiscais os recursos de fundos constitucionais, outros fundos não integrantes do Orçamento Município e os financiamentos das agências oficiais de crédito.

1.4.4 - O Plano Plurianual compõe-se dos seguintes documentos

- a) Mensagem
- b) Projeto de lei



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO E GESTÃO

c) Anexo I

- Apresentação dos Programas
- Órgãos Componentes da Administração
- Demonstrativo do dispêndio para o período
- Dispêndio de recursos do Estado por área de atuação
- Dispêndio total de recursos.

1.5 - Etapas de construção do Plano Plurianual

Os trabalhos relacionados ao Plano Plurianual compreendem as etapas de preparação, elaboração e aprovação conforme abaixo descrito:

1.5.1 – Preparação

- **Estudos preparatórios** – Desenvolvimento de estudos e análises para fundamentar a elaboração do Plano.

1.5.2 – Elaboração

O cadastro das propostas deverá ser realizado pelos órgãos setoriais, que ao definirem seus programas/ações devem observar:

- orientações estratégicas (verificação do alinhamento de seus programas com o Mapa Estratégico do Plano de Governo);
- verificação da compatibilidade das cotas previstas com a previsão de recursos do Estado;
- compatibilização dos programas/ações com órgãos – ver cronograma de reuniões;
- possibilidade de parcerias em cada programa;
- contratualização de resultados.

A validação do PPA pela SEPOG levará em conta os seguintes critérios:

- alinhamento de cada programa em relação à orientação estratégica do governo;
- multisetorialidade do programa (integração com outros órgãos e/ou programas/ação para alcance de melhores resultados).

- se existe duplicidade de ações, isto é, se dois ou mais órgãos desenvolvem ações semelhantes e correlatas.

1.5.3 – Aprovação

A aprovação final do PPA é feita pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito, após análise das emendas apresentadas. Posteriormente a Lei do PPA é encaminhada à imprensa oficial para a publicação no Diário Oficial.

2.1 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Com o advento da Constituição de 1988, o país passa a adotar uma estrutura programática que vale para os governos federal, estaduais e municipais, tendo com instrumentos básicos de programação:

- Plano Plurianual (PPA)
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- Leis Orçamentárias Anuais (LOA)

2.1.2 PLANO PLURIANUAL (PPA)

A Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública brasileira.

O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas físicas e financeiras da administração pública organizadas em programas. Os programas, por sua vez, conjugam ações para atender a um desafio da sociedade. O PPA tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento, mesmo no caso de troca de governo.

PRINCÍPIOS

O Plano Plurianual (PPA) tem como princípios básicos:

- Identificação clara dos objetivos e prioridades do governo;
- Organização dos propósitos da administração pública em programas;
- Integração do plano com o orçamento, por meio dos programas/ações;
- Transparência das ações de governo. O Plano pode receber emendas do legislativo, desde que observadas às regras



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

existentes para tal, observando os princípios acima.

2.1.3 Lei de diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e tem periodicidade anual.

A LDO estadual é composta pelos seguintes anexos:

- Anexo I – Programas e Ações;
- Anexo II – Metas Fiscais;
- Anexo III – Riscos Fiscais

2.1.4 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

A Lei Orçamentária Anual estima a receita e fixa a despesa para cada exercício financeiro, conforme disposição constitucional e constitui-se em:

- Orçamento Fiscal;
- Orçamento da Seguridade Social;
- Orçamento de Investimento das Empresas

PRAZOS

INSTRUMENTO	ENCAMINHAMENTO À CÂMARA	DEVOLVIDO PELA CÂMARA
PPA	30 de agosto (cada 4 anos)	15 de dezembro (cada 4 anos)
LDO	30 de abril (anualmente)	30 de junho (anualmente)
LOA	30 de setembro (anualmente)	15 de dezembro (anualmente)

• Emenda constitucional no 46, de 09 de setembro de 2010

O prazo limite do governo federal para o encaminhamento dos projetos do PPA e da LOA ao Congresso Nacional é de até 31 de agosto. O prazo para os municípios é estabelecido pelas respectivas Leis Orgânicas. No caso do prazo não estar estabelecido nesta Lei, devem ser seguidos os prazos vigentes para a União.

2.2 GESTÃO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A atual concepção de planejamento pressupõe pensar a realidade por desafios e enfrentá-los mediante ações organizadas em programas com objetivos definidos. Nesse sentido, a formulação dos programas e políticas públicas deve consistir, primeiramente, na realização de estudos que permitam a identificação das causas, isto é, as várias condições que, em conjunto, tornam provável a ocorrência de determinado desafio.

2.2.1 PROGRAMA

O **programa** é o instrumento de organização da ação governamental com vistas ao enfrentamento de um problema. Articula um conjunto coerente de ações (orçamentárias e não-orçamentárias), necessárias e suficientes para enfrentá-lo, de modo a superar ou evitar as causas identificadas. Para conceber as ações é preciso conhecer os instrumentos que um órgão público tem a sua disposição para combater o problema. Em outras palavras, é preciso definir com rigor os produtos oferecidos e mais, suas metas físicas, sua forma de medição (indicadores), custos e prazos. Programa constitui-se de um conjunto articulado de ações (relativas a investimentos, despesas correntes e outras ações não orçamentárias), para o alcance de um objetivo. Esse objetivo é concretizado com o resultado, a solução completa ou parcial de um desafio ou o atendimento de demanda da sociedade, mensurados pela evolução de indicadores no período de execução do programa, possibilitando assim, a avaliação objetiva da atuação do governo.

2.2.2 - Requisitos para constituição de programas:

- dar solução a um desafio e/ou atender a uma demanda da sociedade ou aproveitamento de uma oportunidade de investimento;
- compreender um conjunto de ações voltadas para um objetivo comum; permitir a identificação do público-alvo;
- ampliar a base de financiamento do PPA, mediante geração de receitas próprias ou parcerias.

2.2.2 REQUISITOS PARA CONSTITUIÇÃO DE PROGRAMAS

Cada programa deverá conter:

- I. **título** (nome fantasia);
- II. **objetivo** (onde chegar);
- III. **público alvo** (quem será beneficiado);
- IV. **órgão gestor** (quem coordena);
- V. **descrição** (explicação sucinta, justificativa).

2.2.3 ATRIBUTOS DO PROGRAMA

I. Título

O título deve comunicar a sociedade, em uma palavra ou frase-síntese, a compreensão direta dos objetivos do programa. Ex.: *Conservação e Segurança da Malha Rodoviária.*

II. Objetivo

Expressa a busca do resultado que se quer alcançar, ou seja, a transformação da situação-problema que é o objeto da intervenção do programa. O objetivo deve sempre se reportar ao problema em foco. Nessa perspectiva, o resultado mensurado, através de indicadores, se relacionam com as mudanças e benefícios esperados e a implementação das ações do programa, refletindo a efetividade de sua execução. Ex.: *Programa Valorização e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação - Objetivo: Possibilita condições para o desenvolvimento das ações pedagógicas, permitindo o acesso à qualificação dos servidores profissionais da educação, criando formas de alcançar a remuneração justa s instituindo a atualização e valorização como forma de ampliar a eficiência na atuação pedagógica e administrativa.*

III. Público-Alvo



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

contexto, ou melhor, são as variáveis-chave que determinam o problema para o qual o programa se constitui.

2.3 CICLO DE GESTÃO DO PPA

O ciclo de gestão dos programas é contínuo. Partindo de um diagnóstico dos desafios, das demandas da sociedade e da agenda política dos grupos eleitos, são planejados e formulados programas que buscam solucionar os desafios propostos. Por meio dos indicadores definidos para os programas, é realizada avaliação periódica com vistas à melhoria contínua dos resultados. A partir das avaliações, será definida a continuidade, o aprimoramento, a reformulação ou até mesmo o encerramento dos programas do PPA, possibilitando assim a avaliação objetiva da atuação do Governo.

2.4 INTEGRAÇÃO ENTRE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

O PPA é o documento base, onde a lógica da gestão pública estabelece uma hierarquia entre os instrumentos de planejamento. Dessa forma, para a criação de um novo Programa, este deve ser aprovado primeiramente em lei específica ou na lei de revisão do PPA.

A LDO é delineada para fazer a articulação e o ajustamento conjuntural do PPA com o orçamento. As LDOs, os Orçamentos Anuais (LOAs) devem ser compatíveis com o que dispõe o PPA. Nenhum investimento, cuja execução ultrapassar um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA ou sem lei que autorize tal inclusão, sob pena de crime de responsabilidade, conforme o artigo 166 da Constituição Federal, nos parágrafos 3º e 4º.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis como plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

§ 4º - As emendas ao projeto representam o principal módulo de ligação entre o Plano Plurianual e os Orçamentos Anuais.

A integração entre os instrumentos de planejamento requer a adoção de categorias comuns, especialmente em relação às metas físicas do orçamento e os produtos planejados no PPA. Portanto, torna-se imprescindível a atualização anual do PPA (metas físicas e financeiras), tendo em vista a oscilação da receita disponibilizada para os órgãos que afeta diretamente as metas estabelecidas. Para isso, é fundamental a implantação de um sistema integrado de acompanhamento e de avaliação da gestão do planejamento, orçamento, execução orçamentária e contabilidade, ou seja, a integração "em mão dupla" de todos os sistemas corporativos do Estado utilizando base de dados única.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E GESTÃO

Pessoas, comunidades, categorias da sociedade, setores, entre outros, aos quais o programa se destina e ao mesmo tempo se beneficiam direta e legitimamente com os produtos resultantes de suas ações com a execução. *Ex.: Programa Valorização e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação – Público-alvo: profissionais da educação.*

IV. Órgão Gestor

Órgão responsável pelo gerenciamento do programa.

Ex.: Programa Valorização e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação – Órgão Gestor: Secretaria da Educação. Mesmo os programas de natureza multissetorial, com mais de um órgão executor de projetos/atividades, devem, obrigatoriamente, ter a identificação do órgão responsável pelo seu gerenciamento.

V. Descrição (Justificativa)

Descreve os desafios ou as demandas que o programa deve solucionar ou atender, identificando as suas principais causas, bem como a contribuição esperada para o alcance dos objetivos estratégicos do governo, e a forma escolhida de sua implementação para atingir os resultados pretendidos. O programa também pode ser constituído através do aproveitamento de uma oportunidade. Na descrição da justificativa do programa devem ser considerados os seguintes aspectos:

- *estudo da situação-problema para o qual o programa foi proposto.* Dessa forma, a unidade responsável deverá abstrair a essência do problema a ser atacado pelo programa, suas causas críticas e principais efeitos. As causas são fatores que contribuem para a ocorrência do problema, ou seja, processos ou fatores responsáveis pelo seu surgimento, manutenção ou expansão. Os efeitos, por sua vez, são as conseqüências dele decorrentes;
- *conseqüências da não implementação do programa;*
- *condicionantes favoráveis ou desfavoráveis ao programa – são os fatores do*



Prefeitura do Crato/CE
Palácio Alexandre Arraes
Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 2406001 - GP
CRATO/CE, 24 DE JUNHO DE 2013.

EMENTA: Cria a Comissão de Estudo, Discussão e Elaboração do Plano Plurianual Participativo – PPA-P 2014-2017 a serem executadas entre os dias 24 de junho e 30 de Agosto de 2013 e adota outras providências.

O Prefeito do município de Crato, no uso das atribuições que lhes são conferidas, fundamentado pelo Art.168 da Constituição Federal de 1988 e demais legislações pertinentes.

CONSIDERANDO que a Comissão de Estudo, Discussão e Elaboração do Plano Plurianual Participativo – PPA-P 2014-2017 tem por atribuições: discutir, orientar e esclarecer sobre o processo de planejamento da Administração Pública Municipal, fornecer base conceitual para formatação dos projetos e, diálogo com a sociedade.

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de definir os representantes das Secretarias e Instituições Envolvidas que irão compor a Comissão de Estudo, Discussão e Elaboração do Plano Plurianual Participativo – PPA-P 2014-2017;

CONSIDERANDO que a Comissão Organizadora será responsável por toda a organização do processo e avaliação dos resultados alcançados, desde a sua articulação.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir e nomear a Comissão de Estudo, Discussão e Elaboração do Plano Plurianual Participativo – PPA-P 2014-2017 a fim de Analisar, discutir e elaborar o plano de gestão orçamentária municipal.

Art. 2º. Comissão de Estudo, Discussão e Elaboração do Plano Plurianual Participativo – PPA-P 2014-2017 supramencionada será composta pelos seguintes membros:

CNPJ
07.587.975/0001-07
Largo Júlio Saravio S/N.º - Centro
Crato - Ceará

CGF
06.920.251-6

Endereço:
Palácio Alexandre Arraes
BB 3521.8969

Contatos:
88 3521.9600 - Ramal 218





Prefeitura do Crato/CE
Palácio Alexandre Arraes
Gabinete do Prefeito

- Presidente: Carlos Antonio de Sousa Maia - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Vice-Presidente: Cristiano Meira Leitão - Gabinete do Prefeito;
- Coordenador Geral: Francisco Filemon Souza Lopes - Coordenadoria Municipal de Gestão e Monitoramento do Ciclo de Planejamento;
- Secretário: Hildo Moraes Júnior - Secretaria da Cidade e,
- Comunicação e articulação: Thallys Moreira Pinheiro de Brito - Coordenadoria de Comunicação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço da Prefeitura Municipal do Crato/CE, Gabinete do Prefeito, em 24 de Junho de 2013.

Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos.
Prefeito Municipal do Crato/CE



Ata Audiência Publica do PPA-P (Santa Rosa)

Ao dia três de julho de dois mil e treze no distrito de Santa Rosa, cidade do Crato, com a presença dos Senhores vereadores Bebeto vice-presidente da câmara, Paulo de Tarso, o Sr. Secretario de Planejamento Carlos Maia, e o Sr. Secretario de Educação Caca, representantes das secretarias de Meio Ambiente, Agricultura, Ação Social e Saúde, com a população da comunidade do distrito de Santa rosa e lideres comunitários dos distritos do Baixio do Moquém e Baixio das Palmeiras. O Sr. Filemon abril os trabalhos dando boa noite a todos apesentando as autoridades ali presentes, a começar pelo Sr. Vereador Bebeto, que cumprimenta a todos e começa falando da importância do PPA-P e da participação da população na sua elaboração, ressalta também que devem ser levadas em conta as prioridades da comunidade e da necessidade de politização da população, pois não basta apenas infra estrutura é necessário também conhecimento, pois o povo não deve ser refém dos políticos, deve ser capaz de buscar sua dignidade, e que esse é o momento do povo falar e opinar como deve ser o governo dos próximos quatro anos, e que o povo deve se mobilizar e lembra o atual momento de manifestações que vive o país. Encerrando sua fala o Sr. Bebeto passa a palavra ao Sr. Paulo de Tarso, que cumprimenta a todos e fala do PPA cidadão como a forma da comunidade ser ouvida e falar de seus anseios, pois essa é a finalidade de um PPA-Participativo, e lembra que anteriormente era apenas PPA e agora a população tem o direito de ser ouvida. O Sr. Paulo de Tarso passa a palavra ao Sr. Carlos Maia, que cumprimenta a população e fala que o PPA tem como sua maior finalidade receber as demandas da comunidade e distritos vizinhos, porque só assim o governo terá como planejar o orçamento de acordo com as necessidades da comunidade. O Sr. Caca pede a fala e faz uma pequena explanação a respeito de dos relatórios que já foram feitos pela secretaria de educação a respeito da situação das escolas, que evidenciam as necessidades de educação em todo município e sua felicidade em participar desse momento vivido pela cidade do Crato, e que ele esta empenhado a buscar verbas para melhoria da educação,, a Sra. Dane de Jade pede desculpas pelo atraso e explica que logo mais estará viajando para Fortaleza, para buscar junto a Secretaria Estadual de Educação recursos para melhoria da cultura em nosso município, pois a mesma encontra-se sucateada, e que cultura não é apenas promoção de eventos, e fala das dificuldades encontradas em sua secretaria e ressalta a importância da participação popular na formação do governo, lembra que a comunidade Santa Rosa juntamente com secretaria de Educação do município conseguiram que a escola Fábio Pinheiro de Moraes, que havia sido desativada se tornasse um espaço cultural da comunidade, convida todo a participar da quermesse que acontecerá na próxima semana no largo da refesa, despedindo-se de todos em especial do Sr. Bebeto e dizendo-lhe “vou buscar dinheiro para a cultura”. O Sr. Filemon faculta a palavra aos lideres comunitários, e o Sr. Carlos Alberto Pereira pede a palavra, inicia saudando e agradecendo a presença de todos, pois essa é a primeira oportunidade que o distrito de Santa Rosa tem de participar do PPA e de ser ouvida, pois a comunidade esta muito esquecida, e convoca a todos a cobrarem melhorias para a comunidade, e fala da necessidade

que a comunidade tem quanto a escolas e estradas, encerando assim sua fala. O Sr. José Cicero pede a fala e apresenta-se como representante e líder comunitário do Baixio das Palmeiras, lembrando que não é primeira vez que isso acontece, e que espera que a comunidade tenha vez, e que na sua comunidade assim como nas outras e no Brasil como um todo, também precisa de escolas e estradas. E lembra a todos que suas raízes estão no distrito de Santa Rosa, pois seus avós siaram daquele lugar, lembrando ainda aos vereadores presentes que eles não são vereadores da Ponta da Serra, Seminário ou Dom Quintino, que eles são vereadores do município do Crato, e como tal são representantes de todo município. O Sr. Bebeto pede que a comunidade faça uma petição com as sua reivindicações e envie a Câmara de vereadores. O Sr. Filemon comunica a presença do vereador Tiago Esmeraldo ao mesmo tempo em que passa a palavra ao mesmo, que cumprimenta a todos e fala da importância da participação da população na formação do PPA, pois só assim terão o direito de cobrar posteriormente. O Sr. Zé Roxo pede a palavra e reivindica melhorias no posto de saúde da comunidade, e lembra-se da sua luta junto à comunidade Santa Rosa, e fala ainda da falta de calçamento na comunidade e da negligencia no transporte escolar, pois alguns alunos estão vindo a pé para escola pois o ônibus não passa em suas casas devido as condições das estradas, fala da falta d'água em sua comunidade, e que estará cobrando na câmara de vereadores uma caixa d'água, fala também de sua satisfação e espera que os projetos propostos nessa noite saiam do papel. O Sr. Negão Cratense pede a palavra e fala de sua luta para melhoria do esporte na comunidade e que tem projetos para o mesmo, e fala de sua alegria na criação e uma secretaria de esporte, e pede aos lideres comunitário que cobrem junto a câmara e ao governo municipal melhorias para o esporte na comunidade. O Sr. Filemon pede a fala e diz que devido o adiantar da hora invés de sua apresentação do PPA fará uma pequena explanação a cerca do que se trata, falando da sua importância para buscar junto aos governantes melhorias não apenas para todo município e a população como um todo. Fala ainda do déficit existente entre quantidade da população rural que é de 22% e sua capacidade de produção e o PIB gerado pela mesma que é de 1%, ressaltando a disparidade e que alguma coisa deve ter de erado, e que algo precisa ser feito para que esse PIB venha a crescer. Nada mais havendo a tratar o Sr. Filemon encerra sua apresentação e explica como serão os realizados os Grupos de Trabalho, agradece a presença de todos, e eu lavrei esta ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.



Ata da Audiência Pública do PPA-P (Sede)

Ao dia dois de julho de dois mil e treze no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas CDL na cidade de Crato, com a presença do Sr. Vice prefeito Raimundo Filho, o Sr. Beбето Vice presidente da câmara de vereadores, o Sr. Paulo de Tarso e o Sr. Fernando Brasil ambos representantes da comissão do PPA, a Secretaria de Cultura Dane de Jade, Secretario das Cidades Sr. Hildo Júnior e o Secretario de Planejamento, Orçamento e Gestão o Sr. Carlos Maia, juntamente com representantes da sociedade, para audiência pública visando colhimento de propostas para o Plano Plurianual Participativo PPA-P. o Sr. Filemon Souza abre os trabalhos convidando a formar a mesa o Sr. Raimundo Filho, o Sr. Beбето, o Sr. Paulo de Tarso, o Sr. Fernando Brasil, o Sr. Hildo Júnior, a Sra. Dane de Jade e o Sr. Carlos Maia. O Sr. Filemon passa a palavra ao Sr. Carlos Maia, que cumprimenta a todos os presentes, falando da reunião acontecida no dia anterior no distrito de Ponta da Serra e da importância da participação popular na formação do PPA, lembrando a todos que o acolhimento de propostas também esta sendo realizada pelo site da prefeitura municipal, passando a palavra ao Sr. Vereador Beбето que cumprimenta a todos da mesa e demais presentes, que fala da importância da participação popular na atual gestão, lembrando a todos do atual momento vivido no país e da participação popular em especial dos jovens, da corrupção no país e do papel do politico que deve ser de gestor do dinheiro publico e não de corrupto, lembra ainda do sucateamento da saúde que segundo o mesmo e o verdadeiro vandalismo e não as manifestações pacificas que vem ocorrendo em todo país, e pede ainda aos que estão ali presentes que fiscalizem os atos dos governantes, inclusive os dele próprio, encerando assim sua fala e passando-a ao vereador Paulo de Tarso, que cumprimenta todos que estão ali presente e fala da importância do Plano Plurianual, que agora é participativo e conta com a efetiva colaboração da população como agente fiscalizador, e pede ainda que seja divulgado pelos presentes para a população a importância da participação popular na gestão pública. Ao fim de sua fala o Sr. Paulo de Tarso passa a palavra ao Sr. Fernando Brasil, que lembra a todos da reunião do dia anterior que contou com grande participação popular e de sua importância, e que espera que as propostas acolhidas nas audiências públicas não fiquem apenas no pape. O Sr. Carlos Maia registra a presença do vereador Amadeu de Freitas e o convida a formar a mesa. A Sra. Dane de jade pede a palavra e fala da importância PPA e também das condições que recebeu sua secretaria, que tem teatro que não é teatro, centro cultural que não tem condições de receber visitantes, e dos museus sucateados e desativados a mais de quatro anos, e que o PPA-P vem demonstrar a boa vontade dos governantes em ouvir a população, fala ainda dos projetos existentes em sua secretaria e que pretende aderir a programas de âmbito Estadual e Federal, como o Fundo Nacional de Cultura e o CPF da cultura, pois só assim a cidade do Crato pode voltar a ser o berço da cultura cearense. A Sra. Dane de Jade

passa a fala para o vereador Amadeu de Freitas, que cumprimenta a todos e ressalta que a participação popular não é apenas no acolhimento das propostas mas se estende até a execução dos projetos, e que com o PPA vem as concretizações da promessas de campanha juntamente com a demanda da população, ressaltando que o PPA deve ter como prioridade o saneamento básico, falando da inclusão do bairro do Novo Crato no projeto de saneamento básico do Seminário , com o projeto Encosta do Seminário, e que o Governo Municipal deve buscar junto ao Governo Estadual verba para construção de duas estações de tratamento de esgoto, lembrando ainda da necessidade que o município tem de escolas, falou ainda da importância da ampliação do Programa Saúde da Família. Ao encerrar sua fala o Sr. Ademir de Freitas passa a palavra ao vice-prefeito Raimundo Filho, que saúda todos ao mesmo tempo em que ressalta o compromisso do Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Gomes de Matos com a população, e a participação da mesma na elaboração do PPA, lembra ainda a grande participação popular na audiência pública realizada no distrito de Ponta da Serra, e que segundo Raimundo Filho "só assim teremos um norte a seguir , teremos projetos para os próximos quatro anos de governo", falando ainda que o projeto de saneamento mencionado pelo Sr. Amadeu de Freitas já vem se arrastando a mais de dez anos e "não sai do papel", fala da liberação de verba do Governo Federal com o PAC2 para o saneamento da cidade. O Sr. Secretário Carlos Maia como mediador passa a palavra ao Sr. Filemon Souza, que fará a apresentação do PPA na forma de slides. Após o final da fala do Sr. Filemon, a Sra. Raquel pede a palavra, e fala das necessidades da comunidade de Campo Alegre, que ela como moradora convive a mais de vinte e cinco anos, fala das necessidades da comunidade quanto a posto de saúde escolas e principalmente quanto a falta de manutenção nas estradas que ligam a comunidade a cidade e demais localidades, ressaltando ainda a falta de uma lei municipal que regularize o transporte público e convida todos a fazerem uma visita a sua comunidade para contatarem as precárias condições das estradas. Após o final da fala da Sra. Raquel e nada mais havendo a tratar o Sr. Filemon convida todos a formarem os Grupos de Trabalho, e eu lavrei esta ata e que será assinada por mim e por todos.



Ata audiência Publica do PPA-P (Ponta da Serra)

Ao dia primeiro de Julho de dois mil e treze, no distrito de Ponta da Serra município do Crato, reuniram-se o Sr. Carlos Mais Secretario de Planejamento, orçamento e gestão os senhores vereadores Fernando Brasil, Bebeto vice-presidente da câmara de vereadores, o ex-vereador Antônio Leite juntamente com o Secretario das Cidades Hildo Júnior, representantes das Secretarias de Educação, Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Ação Social e Desenvolvimento Econômico e Turismo, juntamente com representantes dos distritos de ponta da Serra, Dom Quintino e comunidades circunvizinhas, para o debate do Plano Plurianual Participativo PPA-P. O Sr. Tales da coordenadoria de imprensa do município abril a noite dando boas vindas a todos e convidando os vereadores presentes a formarem a mesa juntamente com o Sr. Hildo Junior, o Sr. Raimundo Filho e O Sr. Carlo Maia, convidando ainda o Sr. Antônio de Mano. O Sr. Tales passa a palavra ao secretario Carlos Maia que cumprimenta todos os presentes e explanando sobre do que é o PPA e de sua vigência de quatro anos que vai de dois mil e quatorze a dois mil dezessete, falando da importância do acolhimento de propostas junto à comunidade assim como a obtenção de recursos e o seu direcionamento junto as necessidades da comunidade, fala ainda da posterior a prestação do PPA que será feita pelo Sr. Filemon Souza e da formação de grupos de trabalho voltados para cada área (saúde, educação, Infra estrutura, agricultura, etc.) para o recebimento de propostas, passando a palavra ao Sr. Tale que registra a presença da rádio comunitária de Ponta da Serra, ao mesmo tempo que explica a ausência do Sr. Prefeito Ronaldo devido reunião com a Secretaria de Educação, o Sr. Tales passa a palavra ao vereador Bebeto, que parabeniza o governo municipal pela iniciativa segundo mesmo inédita, e cumprimenta os secretario e vereadores ali presentes e os demais. Parabeniza a grande quantidade de jovens que ali se encontram e lembra a todos da atual conjuntura vivida pelo país, e de sua importância na formação da sociedade, e que ele e os demais presentes que participam da elaboração PPA-P juntamente com as comunidades que ali se encontram decidirão os próximos quatro anos do município, e ressalta ainda que é responsabilidade do município acatar as decisões tomadas naquela noite, e volta a falar da importância da participação dos jovens na formação do futuro do município, falando ainda da falta de projetos no âmbito municipal para captação de verba junto aso governo federal que segundo o próprio Bebeto tem muita verba a ser distribuída, falta o município criar meios de busca-la, encerando assim sua fala. O Sr. Tales informa da presença do Sr. Vice prefeito Raimundo Filho e o convida para formar a mesa, juntamente com o vereador Henrique Leite, o Sr. ex-vereador Antônio Leite pede a palavra e fala sobre a

falta d'água no distrito de Ponta da Serra e também da falta de um posto policial permanente, pois sendo ele pois policiais apenas passa no distrito pois o posto existente ali não tem condições de recebe-los, fala ainda da necessidade de ampliação da creche municipal do posto de saúde que atende não a pena o distrito de Ponta da Serra mas também aos sítios vizinhos, fala ainda da falta de calçamento na vila da palmeirinha, onde a ponte que liga a vila as demais comunidades esta caída a mais de dez anos, e segundo o Sr. Antônio entra ano sai ano e nada é feito, lembra ainda que o posto de saúde da vila necessita ser ampliado assim como a escola, ressaltando que todas as localidades próximas a Ponta da Serra necessitam de calçamento, postos de saúde, escolas, quadras poli esportivas e passagens molhadas. O Sr. Tales lembra ao Sr. Antônio Leite do curto tempo existente, lembrando ainda que as reivindicações das comunidades serão acolhidas nos Grupos de Trabalho GT's. O Sr. Antônio encerra assim sua fala e passando a palavra ao Sr. Fernando Brasil. O Sr. Fernando Brasil lembra a todos os problemas enfrentados no inicio da gestão e das pretensões do atual governo ressaltando a importância dos jovens na elaboração do PPA, e lembra que o distrito de Dom Quintino assim como s demais também necessitam de melhorias, passando a palavra para o Sr. Henrique Leite que cumprimenta a todos e fala que as explanações feitas por seu pai o Sr. Antônio Leite já tinham dito tudo que havia a ser dito quanto as necessidades do distrito de Ponta da Serra, passando a palavra ao Sr. Vice prefeito Raimundo Filho, que cumprimenta a todos e fala da importância da formação de um governo participativo, e da importância do planejamento do PPA, e do compromisso assumido pelos vereadores e secretários com o município, encerrando assim sua fala. O Sr. Tale convida o Sr. Filemon Souza que fará a apresentação do PPA para comunidade. O Sr. Filemon cumprimenta a todos e fala da importância da participação da comunidade na formação do PPA, iniciando sua apresentação com slides. Nada mais havendo a tratar o Sr. Filemon encerra sua apresentação e explica como serão os realizados os Grupos de Trabalho, agradece a presença de todos, e eu lavrei esta ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.



Prefeitura do Crato/CE
Palácio Alexandre Arraes
Gabinete do Prefeito

OFÍCIO CIRCULAR Nº 0406001/2013-GP
CRATO/CE, 04 DE JUNHO DE 2013.

Ilmo(a). Senhor(a) Representante Legal,

Cumprimento cordialmente V. Sa. e, ao mesmo tempo, em sintonia com o Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, venho por meio deste solicitar o envio, para este Gabinete, do Plano de Gestão definido para vossa entidade, contemplando os eixos para o quadriênio 2013/2016.


O presente se faz necessário e objetiva orientar a condução da elaboração do Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2014/2017, alicerçado nas diretrizes do Governo Municipal para a gestão 2013/2016. Considerando que o PPA é uma ferramenta legal pela qual são estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas a programas de duração continuada.

Ainda, encaminhamos anexo modelo exemplificativo de eixos temáticos para elaboração do Plano de Governo ligados ao vosso órgão ou entidade, formato de como as propostas do Plano de Gestão devem ser apresentadas e encaminhadas a este Gabinete.

Solicito prioridade no atendimento desta demanda, considerando o tempo já decorrido e o trâmite definido pela legislação, que prevê a realização de audiências públicas e cumprimento de prazos, dentre outras exigências.

Sendo o que nos oferece no momento, subscrevemo-nos com nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Cristiano Meira Leitão.
Chefe de Gabinete

Ilmo. Sr. Representante Legal

Crato/CE



Prefeitura do Crato/CE
Palácio Alexandre Arraes
Gabinete do Prefeito

OFÍCIO Nº 1106001/2013-GP
CRATO/CE, 11 DE JUNHO DE 2013.


Exmo. Senhor Presidente da Câmara,

Cumprimentamos V. Sa. e, ao mesmo tempo, convidamos três representantes da Câmara Municipal do Crato para participar de reunião, a ser realizada neste Gabinete, no dia 13 de Junho de 2013 (quinta-feira), às 14:30 horas, objetivando discutir o planejamento das ações e sua participação para realização do Plano Plurianual Participativo – PPA-P, documento fundamental e de grande importância para o desenvolvimento do nosso município.

Tendo em vista que o Plano Plurianual Participativo (PPA-P) é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988.

Sendo o que nos oferece no momento, subscrevemo-nos com nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Cristiano Meira Leitão,
Chefe de Gabinete

Exmo. Sr. Luis Carlos Duarte Sobreira Saraiva,
Presidente da Câmara Municipal.
Crato/CE

CNPJ
07.587.975/0001-07

CGF
06.920.251-6

Endereço:

gabinete@crato.ce.gov.br

Contatos:

Palácio Alexandre Arraes

Largo Júlio Saraiva s/n.º - Centro

Crato - Ceará

E-Mail e Site Oficial

88 3521.9600 - Ramal 218

88 3521.8969

gprefeito.crato@hotmail.com



Prefeitura do Crato/CE
Palácio Alexandre Arraes
Gabinete do Prefeito

MEMORANDO CIRCULAR Nº 1106001/2013-GP
CRATO/CE, 11 DE JUNHO DE 2013.

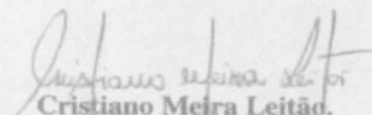
Ilmo(a). Senhor(a),

Cumprimento cordialmente V. Sa. e, ao mesmo tempo, convido-o para participar de reunião, a ser realizada neste Gabinete, no dia 13 de Junho de 2013 (quinta-feira), às 14:30 horas, objetivando discutir o planejamento das ações e sua participação para realização do Plano Plurianual Participativo – PPA-P, documento fundamental e de grande importância para o desenvolvimento do nosso município.

Tendo em vista que o Plano Plurianual Participativo (PPA-P) é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988.

Sendo o que nos oferece no momento, subscrevemo-nos com nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Cristiano Meira Leitão.
Chefe de Gabinete

Ilmo. Sr. _____

Prefeitura do Crato/CE



Prefeitura do Crato/CE
Palácio Alexandre Arraes
Gabinete do Prefeito

MEMORANDO CIRCULAR Nº 0406001/2013-GP
CRATO/CE, 04 DE JUNHO DE 2013.

Ilmo. Senhor Secretário Municipal,

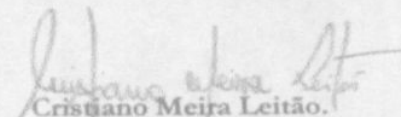
Cumprimentamos V. Sa. e, ao mesmo tempo, convidamos para participar de reunião, a ser realizada neste Gabinete, nas datas conforme cronograma anexo, objetivando discutir as propostas sugeridas para o Plano de Governo e do Plano Plurianual, documentos fundamentais e de grande importância para o desenvolvimento do nosso município.

Tendo em vista que o Plano Plurianual Participativo (PPA-P) é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA-P terá por base as referidas propostas solicitadas anteriormente, através do Memorando nº 1605004/2013, datado em 16 de Maio de 2013.

Ainda, encaminhamos anexo modelo exemplificativo de eixos temáticos para elaboração do Plano de Governo ligados à vossa Secretaria, formato de como as propostas do Plano de Governo devem ser apresentadas, bem como do cronograma contendo as datas das audiências, por secretaria.

Sendo o que nos oferece no momento, subscrevemo-nos com nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Cristiano Meira Leitão.
Chefe de Gabinete

Ilmo. Sr. Secretário Municipal

Prefeitura Municipal do Crato/CE

CNPJ 07.987.975/0001-07
CGF 06.820.271-4

Endereço
Palácio Alexandre Arraes
Cidade João Sanjane A. N. - Crato
Cidade - Crato

CNPASS 33.322.900 - Rymal 218
33.322.900

E-Mail e Site Oficial
gabinete@crato.ce.gov.br
gabinete.crato@hotmail.com



Prefeitura do Crato/CE
Palácio Alexandre Arraes
Gabinete do Prefeito

MEMORANDO CIRCULAR Nº 1605004/2013-GP
CRATO/CE, 16 DE MAIO DE 2013.

Ilmo. Senhor Secretário Municipal,

Cumprimento cordialmente V. Sa. e, ao mesmo tempo, em sintonia com o Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, venho por meio deste solicitar o envio, para este Gabinete, do Plano de Governo definido para vossa secretaria, contemplando os eixos para o quadriênio 2013/2016.

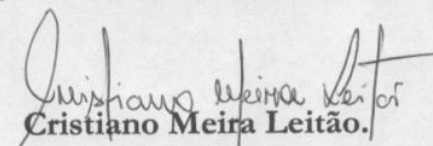
O presente se faz necessário e objetiva orientar a condução da elaboração do Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2014/2017, alicerçado nas diretrizes do Governo Municipal para a gestão 2013/2016. Considerando que o PPA é uma ferramenta legal pela qual são estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas a programas de duração continuada.

Solicito prioridade no atendimento desta demanda, considerando o tempo já decorrido e o trâmite definido pela legislação, que prevê a realização de audiências públicas e cumprimento de prazos, dentre outras exigências.

Ressalto a importância da interação entre as Secretarias Municipais, com o objetivo de estabelecer, conjuntamente, o PPA, sendo que as discussões se darão por intermédio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, através de seu representante, Sr. Carlos Maia.

Sendo o que nos oferece no momento, subscrevemo-nos com nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Cristiano Meira Leitão.
Chefe de Gabinete

Ilmo. Sr. Secretário Municipal

Prefeitura Municipal do Crato/CE



LISTA DE FREQUÊNCIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PPA-P (SANTA ROSA)

1. Inocêncio da Silva Santos Bezerra
2. Santa Cruz Antônio Lima
- 3.
4. Fátima Vitor Rocha
- 5.
- 6.
7. Admarci José Barbosa da Penitência
8. Inês de
9. Ana Gabriela S. Passina
10. Luizy Emma da Santos Pereira
11. Cicero Marinho de Lima da Silva
12. Marlene de Aguiar de Aguiar
Fernanda Maria da Silva & Cia.
- 13.
14. Fernanda de Aguiar
15. Marlene Fernandes Bezerra
16. JULIANA DANTAS DA SILVA
17. Inês de
18. Inês de
- 19.

19

Andreas ...

20

21

Mis ...

22

23

...

24

...

25

...

26

...

27

...

28

...

...

29

...

30

...

31

...

32

...

34

...

35

KAROLINA BERGSTRAND

36

...

37

...

38

...

39

...

40

...

41

...

42

...

43

...



Prefeitura Municipal de Crato

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Coordenadoria de Gestão e Monitoramento de Ciclo de Planejamento - COGMP

44 JULIANA DAIAS DA SILVA

45 ~~João Carlos da Silva~~

46 ~~João Carlos da Silva~~

47 ~~João Carlos da Silva~~

48 Manoel Benício de Almeida

49 Anderson Francisco Almeida

50 Rivaldo Kelly Almeida

51 Natália Maria de Almeida

52 Marina Caroline Almeida de Lima

53 Renato André Almeida Costa

54 ~~João Carlos da Silva~~

55 ~~João Carlos da Silva~~

56 ~~João Carlos da Silva~~

57
58

59

60

61

62

63

64

65

66

67



LISTA DE FREQUÊNCIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PPA-P (SEDE)

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
13. Marcelo Sá - R.º 00 - ARARIPE - S.º 42018
14. Fabiano L. de A. ...

19 *Illegible handwriting*

20 *Illegible handwriting*

21 *Illegible handwriting*

22 *Man de Souza Junior - secretario de Serv. Social*

23 *Illegible handwriting*

24

25 *Illegible handwriting*

26 *Illegible handwriting*

27 *Illegible handwriting*

28 *Illegible handwriting*

29 *Illegible handwriting*

30 *Illegible handwriting*

31 *Illegible handwriting*

32 *Illegible handwriting*

33 *Illegible handwriting*

34 *João de Crato - secretario de Cultura de Crato / Rede de Luta em*

35 *Illegible handwriting*

36 *Illegible handwriting*

37 *Illegible handwriting*

38 *Illegible handwriting*

39 *Illegible handwriting*

40 *Illegible handwriting*

41 *Illegible handwriting*

42 *Illegible handwriting*

43 *Illegible handwriting*



44 Fernando Brasil

45 Dane de Jade

46

47

48

49

50

Francisco Gomes de Brito Junior

Carlos Roberto Sousa

52

Miguel Silveira

53

Adriano de Oliveira

54

Francisco Apolônio da Silva

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

Amundsen - Antarctica

69

Carl Gustaf Linné

70

Handwritten text, possibly a signature or name.

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

20.

21.

22.

23.

24.



LISTA DE FREQUÊNCIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PPA-P (PONTA DA SERRA)

1. ELA CDA ACUES ROCHA - Sepsa

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

Haroldo Tavares de Sousa - SDET

Paulo Henrique Pinheiro Brito - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Luiz Manoel de Brito - Comunidade - Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

Roberto Luiz de Sousa - Sindicato de Trabalhadores de Ponta da Serra

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

19

20

21

22

23

24

25

26

27

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43



Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG
Coordenadoria de Gestão e Monitoramento de Ciclo de Planejamento - COGMP

44

Roberto Pereira da Silva

45

FILVEM PEREIRA DA SILVA

46

Marguelin Araújo Santos

47

Miguel da Costa Barros da Sant'Anna

48

Zena Lame B. Boque

49

Fabiana Faria de Lima Percebo

50

Ramon Ferreira Faria

51

Yara Sales Viana Barbosa

52

Poliana Lopes da Silva

53

Vilhelmina Paula Moreira de Almeida

54

Tales Costa Castro

55

Rayany Correia de Almeida

56

Rosiane H. O. da Oliveira Brito

57

Paloma Kaysley da Silva

58

Yara Sales Viana Barbosa

59

Clayton Correia de Almeida (Brito)

60

André Mascena Lima

61

Diogo Custódia Brasil

62

Yara Sales Viana Barbosa

63

Thalita Helenilda Valdivino Brito

64

Yara Sales Viana Barbosa

65

Yara Sales Viana Barbosa

66

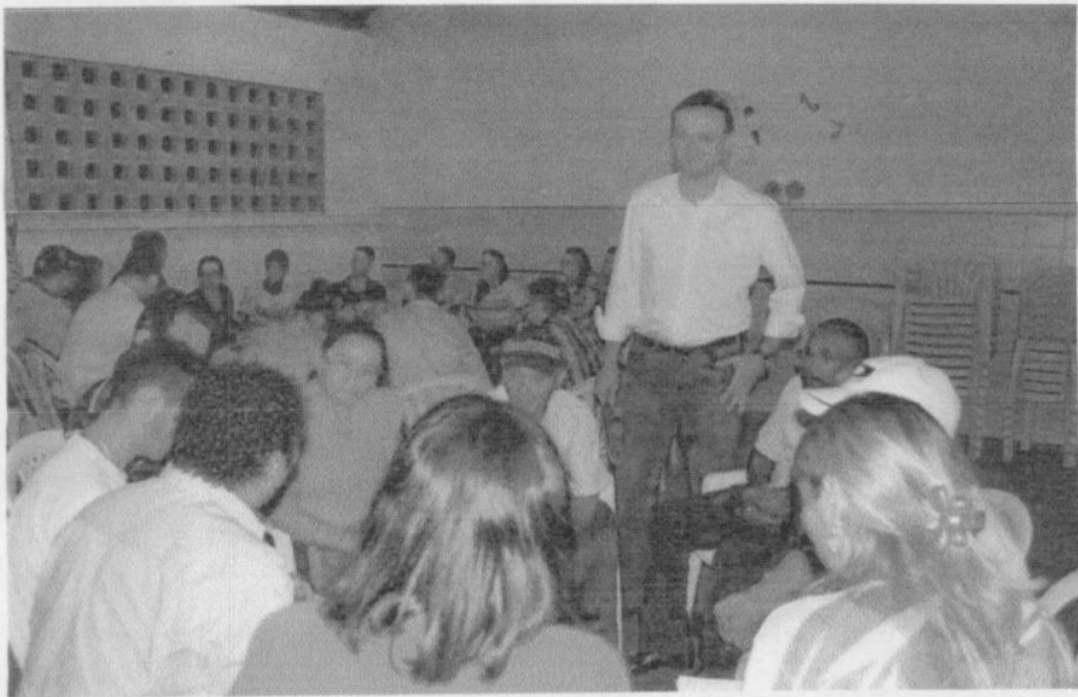
Yara Sales Viana Barbosa

67

Yara Sales Viana Barbosa

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PPA-P







PPA CIDADÃO
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
Planejando juntos um Crato de todos nós.



www.crato.ce.gov.br